

## **ARQUITETURA ESCOLAR PAULISTA - ESCOLAS PÚBLICAS PRODUZIDAS PELOS AGENTES OFICIAIS DO ESTADO E A EVOLUÇÃO DESSES EDIFÍCIOS DURANTE A REPÚBLICA (1890 – 2004).**

Renata Bento Martins (Graduanda) e Prof. Dr. Paulo Roberto Corrêa (Orientador)

**Apoio: PIBIC Mackenzie**

### **RESUMO**

O presente artigo discute a evolução da arquitetura escolar pública paulista, a partir dos órgãos oficiais responsáveis pelos assuntos da educação e da construção dos edifícios escolares, na linha do tempo republicana. A metodologia de pesquisa consiste na criação de três linhas do tempo relativas aos principais acontecimentos referentes ao contexto educacional e à produção de escolas no estado de São Paulo, assim como ao contexto sociopolítico que forjou a sociedade brasileira, sobretudo a paulista. Entre esses dois eixos, estrutura-se uma terceira linha do tempo referente à transição política dos governos federais que dividiram a história da República, bem como a história da educação, em cinco períodos importantes para o processo de evolução dessa arquitetura escolar. Conclui-se que, ao longo dos mais de cem anos de história republicana e da história da educação, a evolução da arquitetura escolar oficial do estado de São Paulo é fruto de uma produção pontual do seu tempo e, mesmo diante de sua inegável relevância, não representa a totalidade das escolas públicas produzidas nesse período.

**Palavras-chave:** Arquitetura Escolar. História da Educação. Arquitetura Paulista.

### **ABSTRACT**

The evolution of São Paulo public school architecture is discussed by the official agents responsible for matters of education and the construction of school buildings in the republican timeline. The research methodology consists of the creation of three timelines related to the main events related to the educational context and the production of schools in the state of São Paulo, as well as the socio-political context that forged Brazilian society, especially that of São Paulo. And between these two axes, a third timeline is structured regarding the political transition of the federal governments that divided the history of the Republic, as well as the history of education, into five important periods for the process of evolution of this school architecture. It is concluded that, over the more than one hundred years of republican history and the history of education, the evolution of the official school architecture in the state of São Paulo is the result of one-off production of its time, and even in the face of its undeniable relevance, does not represent the totality of public schools produced in that period.

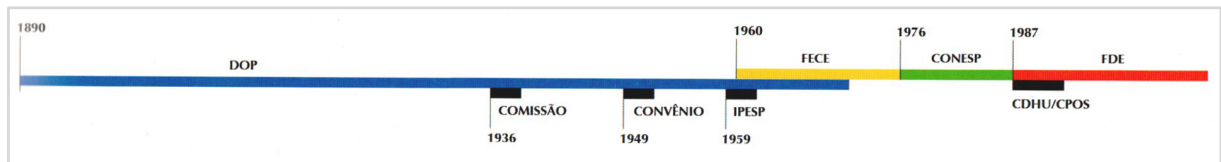
**Keywords:** School Architecture. History of Education. Paulista Architecture.

## 1. INTRODUÇÃO

“A discussão sobre a arquitetura escolar exige reflexões sobre a história, a evolução da sua linguagem formal e das avaliações do ambiente [...] e que a escola, como instituição de ensino atualmente conhecida, é resultado de um longo processo histórico, cuja evolução pode explicar o modelo aplicado. Portanto, a história da educação também é a história de uma sociedade e seu desenvolvimento cultural, econômico e político.”(KOWALTOWSKI, 2011,p.12).

De acordo com as ideias da professora e pesquisadora Doris Kowaltowski, a arquitetura escolar é fruto do seu tempo. Com base nesse conceito, o foco do trabalho de pesquisa se limitou a investigar a evolução da arquitetura escolar pública paulista a partir dos órgãos oficiais responsáveis pelos assuntos da educação e da construção dos edifícios escolares na linha do tempo republicana. Ao analisar o gráfico produzido pela Fundação para o Desenvolvimento da Educação (FDE) – que delimita os períodos de atuação dos agentes oficiais do estado de São Paulo numa ordem cronológica – algumas inquietações surgiram em função do que poderia ser traduzido, para além da leitura do gráfico, se ele fosse confrontado com os principais acontecimentos que forjaram a história da sociedade paulista e, sobretudo, quais foram os reflexos gerados na evolução da arquitetura escolar pública paulista nesse “espaço-tempo”.

Figura. 01: Linha do tempo proposta pela FDE.



Fonte: *Arquitetura Escolar Paulista, anos 1950 e 1960*. (FDE, 2006, p. 17)

A partir dos questionamentos citados, a metodologia de pesquisa se estruturou com base na recriação da linha do tempo que conta a história da educação, enquanto que pudesse revelar, de modo comparativo, informações complementares que figuraram como pano de fundo para a transformação dos edifícios escolares do estado de São Paulo durante o período republicano. Contudo, o desafio foi pontuar os principais acontecimentos históricos num recorte de mais de um século, o que resultou em uma pesquisa ampliada, da qual foi possível esmiuçar questões mais detalhadas sobre os contextos educacional e sociopolítico que as escolas públicas paulistas representavam.

Deste modo, assume relevância apresentar aqui o resultado obtido através da reformulação de uma nova linha do tempo com base naquela elaborada pela FDE, bem como contextualizá-la numa ordem cronológica a partir da divisão dos cinco períodos republicanos que compõem a evolução da arquitetura escolar pública paulista.



## **2. DESENVOLVIMENTO DO ARGUMENTO**

A análise sobre a evolução da arquitetura escolar pública paulista, a partir da linha do tempo republicana, consiste na criação de três linhas do tempo relativos aos principais acontecimentos referentes ao contexto educacional e a produção de escolas no estado de São Paulo, assim como o contexto sociopolítico que forjou a sociedade brasileira, sobretudo a paulista. Entre esses dois eixos, existe uma estrutura central de ligação constituída pela linha do tempo que marca a transição política dos governos federais que dividiram a história da República, bem como a história da educação, em cinco grandes momentos.

Ao comparar a linha do tempo correspondente à implementação dos órgãos oficiais do estado de São Paulo com os cinco períodos históricos – República Velha (1890 – 1930) Era Vargas (1930 – 1945), República Populista (1945 – 1964), Ditadura Militar (1964 – 1985) e República Nova (1985 – 2004) – foi possível correlacionar os principais eventos republicanos com as etapas concernentes a evolução da arquitetura escolar, visto que o período relativo à Diretoria de Obras Públicas (DOP) também foi marcado por duas fases, sendo a primeira delas como único órgão com a função de construir edifícios públicos, incluindo as escolas, e, o segundo momento, caracterizado pela parceria entre a DOP e os agentes públicos responsáveis pelos projetos da arquitetura escolar paulista (ver figura 02).

Vale ressaltar que, em 1860, ainda no regime monárquico, a reforma administrativa que descentralizou as ações do Ministério do Império, deu origem às Secretarias de Estado<sup>1</sup> dos Negócios da Agricultura, Comércio e Obras Públicas (SENACOP), cuja finalidade era atender ao desenvolvimento das províncias que se formatavam a partir da construção das estradas de ferro no mesmo ano. Mais tarde, com o advento da República, a tal estrutura administrativa da monarquia continuou presente durante as primeiras décadas do período republicano através da Superintendência de Obras Públicas (SOP), órgão que inaugurou a arquitetura escolar oficial do estado de São Paulo.

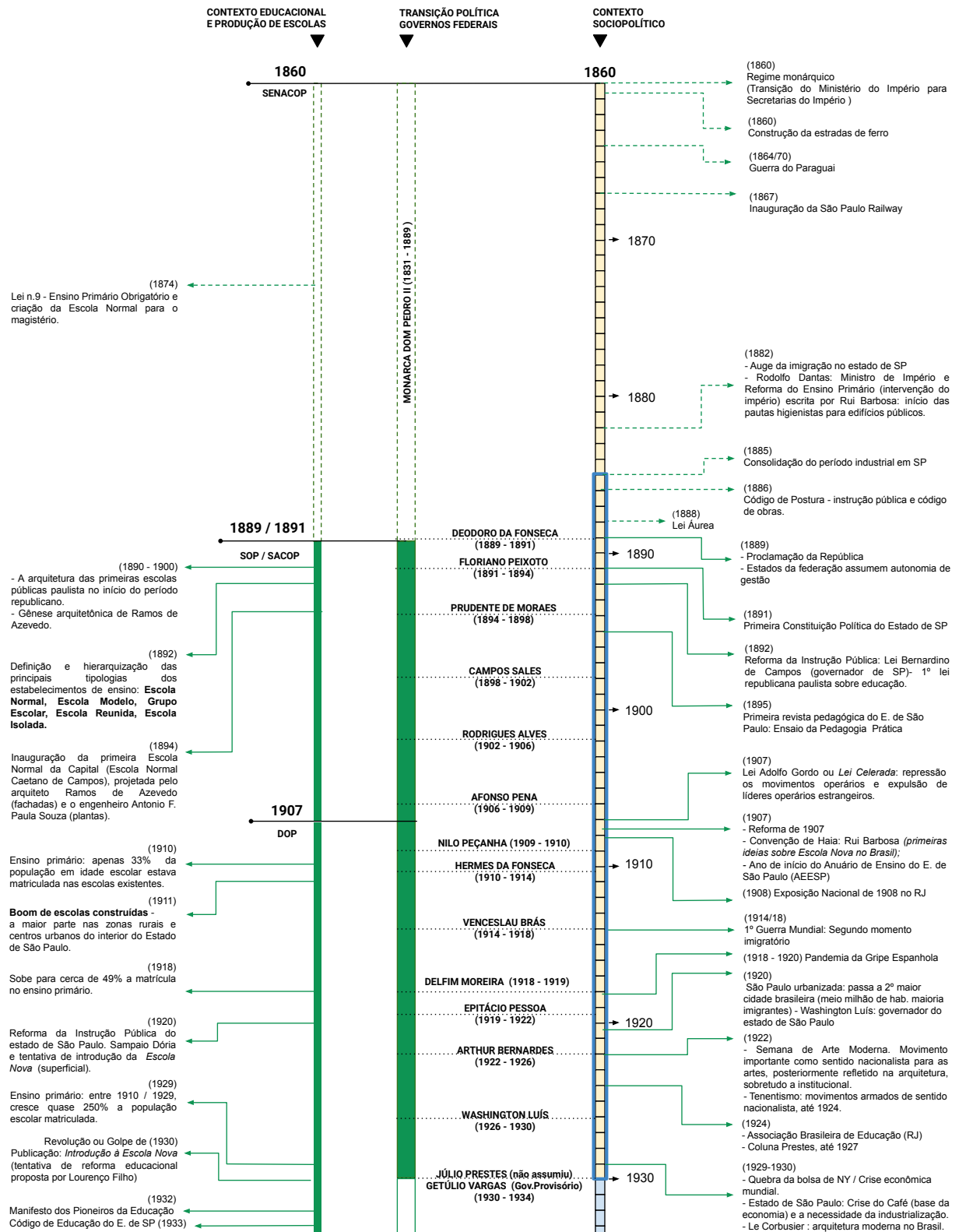
Logo, fez-se necessário incluir na linha do tempo alguns antecedentes importantes para compreender a gênese da DOP, bem como fica evidente os eventos que transformaram o meio urbano do qual as primeiras escolas públicas paulistas foram promovidas, decorrente da implementação da infraestrutura ferroviária. A seguir, será apresentada a contextualização dos cinco momentos da linha do tempo republicana que coincidiram com as fases da evolução da arquitetura escolar pública paulista, a partir dos órgãos oficiais do estado de São Paulo.

---

<sup>1</sup> Durante o período monárquico, denominava-se o Brasil imperial, oficialmente, como Estado Maior.

<sup>2</sup> Segundo Wolff, não foi aleatório a separação de pavimento por gênero: manter as meninas (mais contidas) no andar superior era uma forma de preservar a integridade dos pisos de madeira da “fúria” dos meninos que corriam pelas escadas.

Figura. 02: Linha do tempo republicana



|                                                                                     |                                                                 |
|-------------------------------------------------------------------------------------|-----------------------------------------------------------------|
|  | Período monárquico - Transição para a República                 |
|  | República Velha (1889 - 1930)                                   |
|  | Era Vargas - Governos Provisório e Constitucional (1930 - 1937) |
|  | Era Vargas - Estado Novo (1937 - 1945)                          |
|  | República Populista (1945 - 1964)                               |
|  | Ditadura Militar (1964 - 1985)                                  |
|  | República Nova (1985 - atual)                                   |

-  Auge CICLO DO CAFÉ em SP
-  INDUSTRIALIZAÇÃO - Auge de investimento
-  Linha do tempo republicana - continuação

## parte 2

## 2.1 HERANÇA IMPERIAL E O INÍCIO DA REPÚBLICA (1860 - 1907)

**SENACOP** (Secretaria de Estado dos Negócios da Agricultura, Comércio e Obras Públicas)

**SACOP** (Secretaria da Agricultura Comércio e Obras Públicas)

**SOP** (Superintendência de Obras Públicas)

Em 1860, a SENACOP tornou-se o órgão oficial responsável pelas obras públicas no Brasil Império. A pasta cuidava dos assuntos relativos ao desenvolvimento econômico, questões vinculadas à colonização e de outras matérias referentes ao processo de modernização do império brasileiro. Entre as obras públicas executadas, incluíam-se os prédios escolares. Contudo, a instrução pública não era assunto prioritário do império. Discutia-se o desenvolvimento do país sob dois aspectos principais: a expansão cafeeira, que estava em seu auge no estado de São Paulo em decorrência da implementação das estradas de ferro (1860), bem como a chegada da São Paulo Railway na capital paulista, em 1867.

A instrução pública passou a ser discutida a partir de 1880 com o aumento populacional decorrente da imigração que surgia no estado paulista, para suprir de mão de obra as lavouras de café. Com isso, surgiu a Reforma da Instrução Pública de 1882, exarada por Rui Barbosa. De acordo com a professora e pesquisadora Ana Maria Infantosi, o processo imigratório foi o fio condutor para a expansão da educação pública paulista:

“O crescimento demográfico-vegetativo e imigratório, criou uma demanda potencial de educação, tornada efetiva pela intensificação do processo de urbanização e industrialização. A intensidade das necessidades de instrução, decorrentes do incremento populacional, cresceu ao mesmo tempo que a evolução das estruturas econômicas e fez-se sentir, sobretudo, nas cidades onde a instrução aparece mais ligada às possibilidades de melhoria de emprego e de nível de vida. O desenvolvimento conduz e aumenta a necessidade de aprender, criando, assim, condições para uma demanda crescente” (INFANTOSI, 1983, p. 12).

Com o advento da República, a SENACOP desmembrou-se novamente, desta vez para atender aos estados da federação, que assumiram suas gestões de forma autônoma. A divisão aconteceu da seguinte forma:

- Em 1889, o estado de São Paulo assume sua própria Superintendência de Obras Públicas (SOP);
- Em 1890, os assuntos sobre instrução pública e comunicação ganham uma pasta própria: Secretaria de Estado dos Negócios da Instrução Pública, Correios e Telégrafos;
- A partir de 1891, a SENACOP - que concentrava até então as secretarias do regime monárquico, passa a ser denominada de Secretaria da Agricultura, Comércio e Obras Públicas (SACOP), mantendo as mesmas funções herdadas das pastas do regime imperial;
- Ainda em 1891, a SOP é anexada à SACOP.
- Com a Reforma “Carlos Botelho”, é criada a Diretoria de Obras Públicas (DOP) para ser sucessora da SOP, em 10 de abril de 1907 (APESP, acervo digital).

Nas três últimas décadas de transição do regime monárquico para o republicano (1860 - 1890), pouco se fez pela educação pública na província paulista. Os assuntos da educação, assim como a estruturação da rede escolar pública, a partir do ensino primário, nasceu com o advento da República. Durante o período da chamada República Velha (1890 - 1930), o ensino se baseava na pedagogia da instrução, de acordo com a Lei “Bernardino de Campos” de 1892, cuja reforma educacional também foi responsável pela inauguração da rede escolar pública primária baseada na hierarquização da rede. Deste modo, a SOP ficou responsável por gerir as construções dos novos prédios escolares com a batuta do arquiteto Ramos de Azevedo, autor dos primeiros projetos pertencentes à evolução da arquitetura escolar pública paulista.

### **AS PRIMEIRAS ESCOLAS REPUBLICANAS: Hierarquização da rede de ensino**

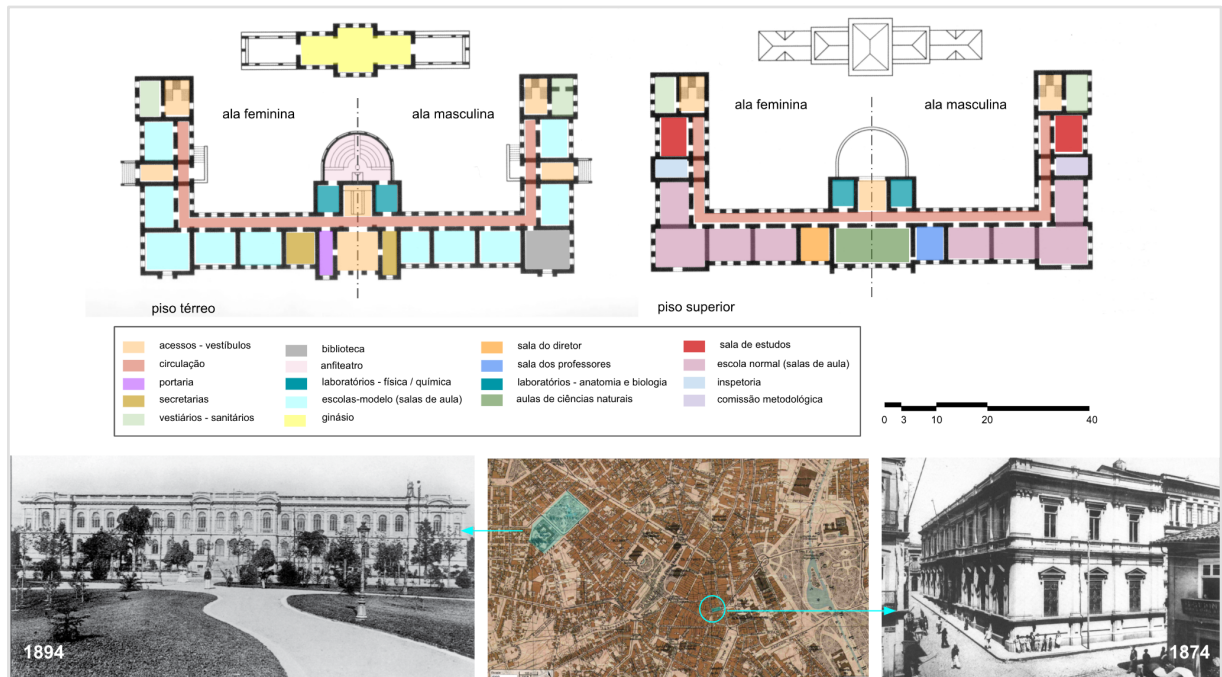
A Reforma da Instrução Pública de 1892 ou Lei “Bernardino de Campos” se destacou por garantir uma maior normatização com relação à pedagogia aplicada e às diretrizes para a construção de novos edifícios escolares nos padrões: **Normal, Modelo e Grupo**. Porém, de acordo com os dados apontados no Anuário de Ensino do Estado de São Paulo (AEESP) de 1907, a maior expansão da rede pública de ensino, no período da SOP, se deu, quantitativamente, através da expansão dos modelos de **Escola Reunida** e **Escola Isolada** nas regiões rurais e nos pequenos centros urbanos paulistas durante o período de 1890 e 1919. Com base nesta informação, foram selecionados alguns dos principais projetos referentes a cada um dos modelos escolares citados, a fim de definir as características dos primeiros tipos escolares da República.

**Escola Normal:** De origem francesa e inspirada em métodos alemães de formação docente, a Escola Normal surgiu na França em 1794, a partir do iluminismo francês, como forma de institucionalizar o ensino público primário e a formação de professores dentro de “novas normas” estabelecidas a partir dos ideais liberais ocorridos com a Revolução Francesa, por parte da sociedade burguesa. A pedagogia se baseava no Método Lancaster de aprendizagem ou “Ensino Mútuo”, em que o aluno, com idade acima de 14 anos, aprendia o ofício docente através da experiência adquirida ao auxiliar os professores do ensino primário em sala de aula. Este método foi difundido em toda a Europa, Estados Unidos e no Brasil. De acordo com a pesquisadora Marlete Schaffrath, “em Portugal no século XVIII, as Escolas Normais foram importantes mecanismos de controle social, ao mesmo tempo em que possibilitaram aos professores sua afirmação enquanto profissionais do ensino formal” (SCHAFFRATH, 2008, p.146). Deste modo, a primeira Escola Normal paulista foi construída ainda no período monárquico, em 1874, na rua do Tesouro. Posteriormente, em 1894 foi inaugurada a sede definitiva da nova Escola Normal de São Paulo (Caetano de Campos), projetada pelo arquiteto Ramos de Azevedo, como símbolo do edifício escolar republicano. Contudo, o modelo normalista de São Paulo não foi uma mera cópia dos moldes das escolas públicas europeias, mas, sim, parte de uma estratégia política adaptada às estruturas de poder do império e aos ideais de sociedade que se formatavam com o novo regime político, a industrialização e expansão do centro urbano paulista.

**Figura. 03** - Escola Normal de São Paulo (1894)

(acima) - Plantas iniciais: autoria do engenheiro Antônio F. Paula Souza antes das reformas. Composição das fachadas: autoria de Ramos de Azevedo.

(abaixo) - Evolução do primeiro edifício da escola normal de 1874 para a monumental Escola Normal de São Paulo (1894) compondo o espaço público em frente a Praça da República.

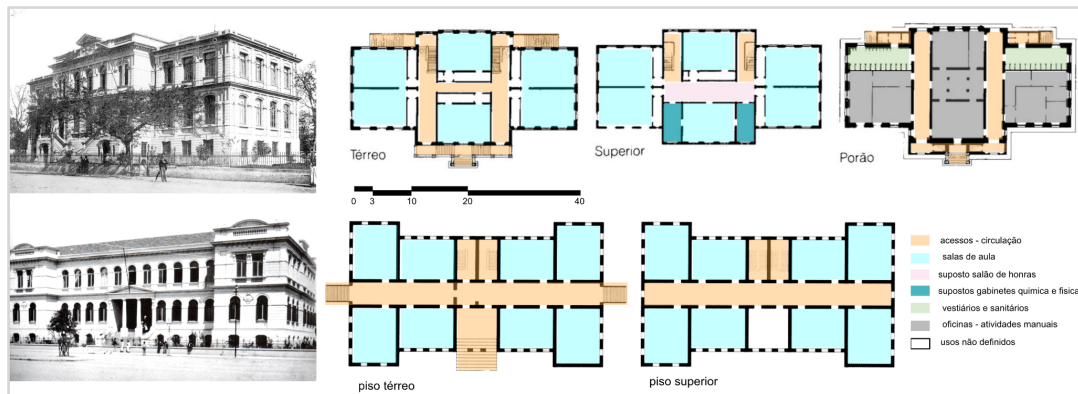


Fontes: Foto e plantas: WOLFF, Silvia, 2010, p.157 / Foto: FDE, 1991, p.125 / Mapa: Sara Brasil 1930 (Geosampa) com grifo próprio. Esquema em cores, legenda e escala gráfica são de autoria própria.

É certo que a Escola Normal foi um marco emblemático no que se refere ao início da arquitetura escolar pública oficial da capital paulista e, por consequência, no Estado, como símbolo de exaltação à nova ordem republicana. A influência da arquitetura eclética do tipo escolar europeu foi adaptada a um modelo de edifício escolar projetado para atender às particularidades dos ideais dominantes da sociedade paulista, assim como as novas “normas” estabelecidas para o que se entendia como pedagogia moderna de instrução pública, tornando a Escola Normal uma tipologia a ser seguida como modelo para a profissionalização do magistério, somado ao modelo de instrução pública a partir do ensino primário, compreendidos dentro de um programa complexo e unificado num único edifício monumental, sobretudo capaz de ordenar a espacialização e o sentido de urbanização do seu entorno imediato.

**Escola Modelo:** É “o estabelecimento de ensino cujos métodos e organização servem ou podem servir de modelo [para a rede escolar]” (AULETE, Caldas) ou, ainda, é um “estabelecimento de ensino organizado de maneira exemplar, com métodos pedagógicos que primam pela excelência.” (Oxford Languages Dictionary). Para servir como modelo de excelência aos estabelecimentos de ensino republicano, após a construção da Escola Normal de São Paulo, duas novas escolas-modelo foram projetadas por Ramos de Azevedo e construídas na capital paulista exclusivamente para atender ao ensino primário – a *Escola-Modelo da Luz* (1893) e a *Escola-Modelo do Braz* (1895).

**Figura. 04** - Vistas da Escola-Modelo da Luz -1893 (acima) e Escola Modelo do Brás - 1895 (abaixo). Plantas esquemáticas com a distribuição do programa arquitetônico.



Fonte: FDE, 1991. p.03 e 27 / WOLFF, 2010. p.181. Cores e escala gráfica são de autoria própria.

A escola da Luz tinha um volume aparentemente contido em relação ao edifício do Brás. Porém, a monumentalidade arquitetônica da *Escola-Modelo do Brás* não corresponde ao programa visivelmente mais modesto do que o edifício da Luz. Talvez a necessidade de construir um tipo escolar pouco articulado, mas com uma maior quantidade de salas de aula, que pudesse atender às demandas locais por vagas escolares, fez com que o programa arquitetônico do modelo do Brás fosse reduzido, visto que não há prioridade para ambientes administrativos, biblioteca ou laboratórios experimentais.

No momento da linha do tempo em que a Escola-Modelo da Luz foi construída (1893), São Paulo continuava enfrentando um rápido crescimento populacional decorrente do processo migratório europeu. Como a atividade industrial já havia se consolidado em torno da ferrovia, e em função dela, desde 1885 os imigrantes europeus tornaram-se a principal mão-de-obra requisitada para trabalhar nas indústrias instaladas ao longo da ferrovia. O tecido urbano composto pelos bairros da Luz, Brás e Mooca se desenvolveu a partir desse contexto e as escolas primárias, assim como as escolas profissionalizantes para homens e mulheres, foram fundamentais para a instrução pública visando, o desenvolvimento socioeconômico na região central da capital paulista.

**Grupo Escolar:** De acordo com Silvia Wolff, na França, “as escolas primárias duplas, formadas por várias classes de meninos e meninas, constituem os *groupes scolaires*. Mas, mais do que isso, essa modalidade da estrutura educacional significava, tanto lá quanto aqui, um método racional de ensino” (WOLFF, 2010, p.136). O grupo escolar ou escola graduada paulista foi uma evolução da escola-modelo primária, tanto no que se refere ao tipo arquitetônico, quanto à pedagogia aplicada. Com um volume mais compacto, os primeiros tipos arquitetônicos dos grupos escolares mantinham uma planta padrão, ocorrendo pequenas variações de acordo com o local e o autor responsável pelo projeto.

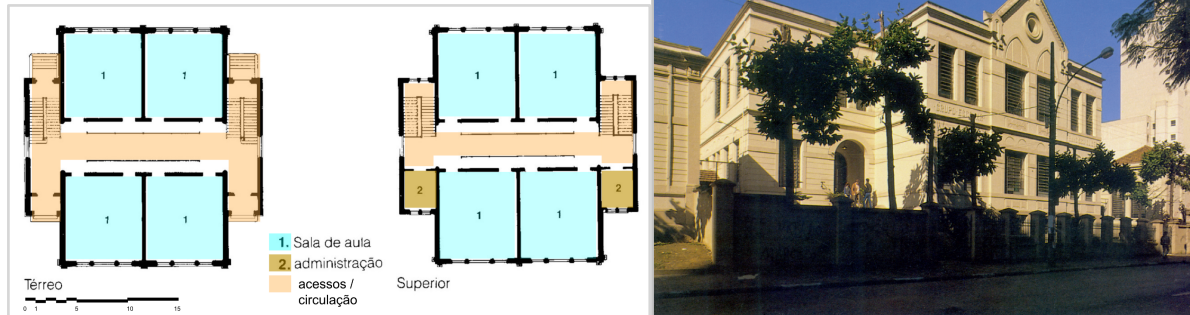
As alterações principais, que distinguiam os grupos escolares uns dos outros, eram percebidas através da ornamentação das fachadas. Embora a planta-tipo para grupos escolares seja atribuída ao projeto do Grupo Escolar de Campinas, de autoria de Ramos de Azevedo,



grande parte desse modelo de estabelecimento de ensino construído no período compreendido entre 1895 e 1901, saiu da prancheta do arquiteto Victor Dubugras.

**Figura 05** - Planta-tipo para grupos escolares paulistas : constituída invariavelmente por oito salas de aula, distribuídas em dois pavimentos, e um porão utilizável que servia, sobretudo, para adaptar o edifício às diferentes topografias de terreno.

**Figura 06** - Vista do Grupo Escolar de Campinas.



Fonte - FDE, 1991. p.06 e 18. Esquema em cores, legendas e escala gráfica são de autoria própria.

Sendo o projeto para o Grupo Escolar de Campinas o pioneiro, foi então a partir desse tipologia que o ensino primário se expandiu para os núcleos urbanos do interior paulista e em bairros da capital. Chamava-se por “grupo escolar” o estabelecimento de ensino cuja pedagogia era aplicada por separação de turmas em níveis seriados: as escolas primárias preliminar e complementar; e alguns modelos para grandes grupos escolares, como o de Itapetininga, incluíram também o edifício de ensino normalista.

Uma marca comum aos primeiros edifícios públicos para grupo escolar do início da República é a acomodação do programa arquitetônico e pedagógico resolvida em dois pavimentos, separando o térreo aos meninos e o pavimento superior, às meninas<sup>2</sup>. O recreio e sanitários também separavam-se por gênero e ficavam na área externa e no fundo do prédio, a partir do eixo central simétrico ao edifício. Outra característica atribuída aos tipos de arquitetura para grupo escolar “padrão” é o uso do porão como recurso para acomodação das construções de modo a não exigir muitos detalhes construtivos, reduzindo assim a quantidade de desenhos (WOLFF, 2010, p. 162).

**Escola Reunida:** Por definição, o modelo escolar reunido foi um tipo de instituição de ensino intermediário, e de baixo custo, entre o grupo escolar e a escola isolada (SANTOS; VALDEMARIM, 2015 p.230). A Escola Reunida do estado de São Paulo teve um papel importante no cenário da educação pública paulista, pois proporcionou o acesso ao ensino primário para a população de bairros e vilas onde não havia grupo escolar, em diversos municípios. Segundo o levantamento feito pela FDE (1991, p.111), este tipo escolar tratava apenas de várias escolas agrupadas no mesmo prédio, cada uma com o seu próprio regime.

<sup>2</sup> Segundo Wolff, não foi aleatório a separação de pavimento por gênero: manter as meninas (mais contidas) no andar superior era uma forma de preservar a integridade dos pisos de madeira da “fúria” dos meninos que corriam pelas escadas.



**Figura 07:** Escola Reunida do interior paulista chamada de Tipologia Ribeirão Branco - 1912.

Fonte: FDE, 1991. p.112. Esquema em cores, legendas e escala gráfica são de autoria própria.

A busca pela oficialização do tipo escolar reunido ocorreu após a Reforma Administrativa de 1907. Vários desses projetos são de autoria desconhecida. Contudo, uma parte deles foi projetada pelo desenhista da Diretoria de Obras Públicas, Alexandre de Battisti, responsável por projetar um tipo padrão de modelo reunido identificado pela Secretaria de Viação e Obras Públicas do Estado de São Paulo como *Tipologia Ribeirão Branco - 1912*.

Entre o período de 1910 e 1920, houve uma grande demanda por construção de novos estabelecimentos de ensino, visto que, em 1910, apenas 33% das crianças paulistas estavam matriculadas nas escolas públicas primárias. A partir de 1911, houve um “boom” de construção para grupos escolares. Porém, as Escola Reunida foi o estabelecimento de ensino que mais atendeu à demanda quantitativa para o aumento do número de matrículas. Deste modo, os arquitetos desenhistas da DOP adaptavam os projetos dos grupos para os modelos singelos das escolas reunidas. Mantinham-se as características espaciais de simetria e ornamentação. As classes e salas de professores tinham as mesmas dimensões em praticamente todos os tipos reunidos, variando apenas os acessos, vestíbulos, vestiários e porões, conforme a disposição do terreno.

A Escola Reunida paulista, além de ser um tipo escolar que exigia baixos recursos financeiros do Estado, tinha como função reunir, em um único estabelecimento, quatro ou mais escolas isoladas que, por diversas falhas administrativas, não conseguiam manter-se com bom funcionamento e um número de matrícula aceitável e, por essas razões, os governos locais se viam obrigados a fechá-las.

**Escola Isolada:** O modelo isolado são pequenas escolas unitárias remanescentes do período monárquico, as chamadas Escolas de Primeiras Letras, construídas em casebres, que perduraram para além da República nas zonas rurais e pequenos bairros urbanos em diversos municípios paulistas. O termo “isolado” foi utilizado no início do regime republicano (1894) para diferenciar essas pequenas escolas dos emergentes grupos e das escolas reunidas oficiais do estado de São Paulo.

A institucionalização da Escola Isolada somente foi oficializada em 13 de agosto de 1904, com a Lei n.º 930 referente à instrução pública do Estado. Rosa Fátima de Souza afirma que a história dessas escolas unitárias é indissociável dos grupos escolares. Embora ambas as modalidades fossem criações educacionais do regime republicano, nas palavras da autora,

“escolas isoladas e grupos escolares emergiram intrinsecamente associados por relações de oposição e concorrência” e que, diferente dos grupos, “a escola isolada não designou um novo modelo [arquitetônico] de escola”(SOUZA, 2016, p.344).

**Figura 08:** Escola-modelo isolada do Estado, instalada na capital paulista em 1908, no Largo do Arouche, indicada como padrão de tipologia arquitetônica (autoria desconhecida) e pedagógica a ser seguida. Existiram apenas 10 exemplares das escolas modelo isoladas no Estado.

**Figura 09:** Variações das escolas isoladas rurais e urbanas em alguns municípios de São Paulo registradas no Anuário de Ensino de 1923. Não foram encontrados registros com as datas de construção dessas escolas.



Fonte: Anuários de Ensino do Estado de São Paulo, 1907 e 1923.

A Escola Isolada era o destino dos professores recém formados pela Escola Normal. Para atingir o cargo de docente nos grupos escolares, antes, os professores deveriam “estagiar” a partir da escola isolada, em seguida a reunida e assim por diante. Esta foi uma estratégia utilizada pelo governo paulista para garantir que houvesse professores na rede pública de ensino nos municípios e bairros isolados dos grandes centros. Contudo, tal prática ocasionava diversos problemas para manter os professores assíduos, pois, muitos desses profissionais não se adaptavam aos núcleos rurais e aos subúrbios paulistas.

A expansão da rede escolar da Primeira República se deu apoiada no quantitativo de escolas isoladas espalhadas por todo o Estado. Essas escolas foram responsáveis por proporcionar o aumento real nos índices de matrícula e alfabetização, mesmo com todos os desajustes administrativos apontados nos relatórios oficiais pelos inspetores de ensino e percebidos através das poucas fotografias registradas ao longo da Primeira República. O *Anuário de Ensino de 1923* contabilizou 1602 escolas isoladas providas até 1923, sendo 390 delas urbanas e as demais unidades estavam na zona rural. No mesmo período, contavam-se 199 unidades para grupos escolares e 270 unidades de escolas reunidas.

## 2.2 REPÚBLICA VELHA

**DOP** (Diretora de Obras Públicas) - 1907-1936

As pautas sobre industrialização e o crescimento demográfico nos centros urbanos paulistas desencadearam na Reforma de 1907. A preocupação em combater o analfabetismo no Estado respaldou-se em dois aspectos fundamentais: “o momento de instabilidade na política nacional, que poderia abalar a posição hegemônica de São Paulo na Federação, levando o

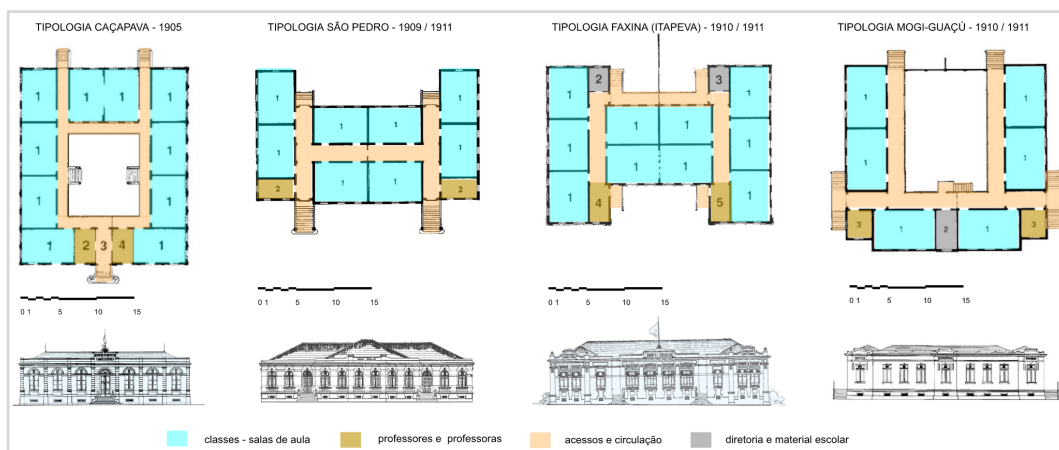
Estado a se preocupar com o colégio eleitoral – formado apenas por cidadãos alfabetizados; a preocupação com a unidade nacional e com o controle social, devido à migração que se verificava de maneira intensiva em São Paulo associada ao processo de industrialização”(CAVALIERI, 2003, p.31).

A primeira fase de atuação da DOP (1907), foi marcada por dois momentos importantes para a evolução da instrução pública e produção de escolas no estado de São Paulo até o final da década de 1920:

**O auge** – ocorre com a Reforma Carlos Botelho de 1907, que modificou a administração da SOP, dando origem a DOP, junto à ascensão de diversos arquitetos responsáveis pela disseminação da arquitetura escolar oficial do estado de São Paulo, a partir da criação de projetos-tipo para grupo escolar e escola reunida. A continuidade dos projetos monumentais das escolas normais, que foram iniciados no final do século XIX, também é vista nessa primeira fase. Todos esses projetos, tanto o tipo padrão para grupos, quanto os exemplares das escolas normalistas, tiveram como base as plantas das primeiras escolas da República, gênese na produção de Ramos de Azevedo (1890 - 1900). O período áureo da expansão dos grupos escolares se deu entre 1910 e 1911 nos centros urbanos do interior paulista. Contudo, a Escola Isolada, cuja produção não pertenceu a um tipo arquitetônico definido, foi largamente disseminada nas áreas rurais e em pequenos núcleos urbanos paulistas como uma solução quantitativa, de modo a sanar a demanda por vagas escolares longe dos grandes centros.

**A desaceleração** – inicia-se com a Reforma “Sampaio Dória” em 1920, que evidenciou as deficiências da expansão escolar baseada na hierarquização da rede. A Reforma de 1920 expôs, sobretudo, a precarização da rede escolar isolada, assim como o despreparo do professorado para lidar com os desafios da instrução pública na zona rural paulista. Entre 1920 até o final da década de 1930, houve o esmorecimento na construção de grupos escolares e um desmonte sistemático de escolas isoladas por todo o estado de São Paulo.

**Figura. 10:** Plantas-tipo térreas de autoria José van Humbeeck - exceto a Tipologia Faxina (autoria não identificada). Estas são algumas das tipologias padrão mais reproduzidas pelos arquitetos da DOP em vários municípios do Estado.



Fonte: FDE, 1991. p.45. Esquema em cores, legendas e escala gráfica são de autoria própria.

No período áureo da construção de escolas entre 1910 e 1911, um novo tipo arquitetônico emplacou no interior do Estado: o projeto térreo para grupo escolar. A escolha por uma solução térrea se deu sobre a crítica aos custos de um edifício de dois pavimentos, além da justificativa de que os terrenos do interior paulista eram amplos e custavam pouco (quando não eram doados) e, deste modo, comportariam bem prédios térreos espaçosos (WOLFF, 2010, p.234).

A arquitetura escolar pública paulista era bem vista pela sociedade à qual esse tipo de edifício público se destinava. Investir em novos e elegantes estabelecimentos de ensino era um bom negócio para a formação dos novos centros urbanos e também para as relações políticas entre Estado e municípios. A partir daí, os projetos térreos dos grupos foram tidos como a melhor escolha para a expansão de belos edifícios escolares pelos centros urbanos do interior paulista. Contudo, nas pequenas vilas e zonas rurais, a construção dos estabelecimentos de ensino de baixo custo, como a escola reunida e isolada, cresceu substancialmente até 1919. Além disso, a representação de um ideal de progresso republicano, tinha na arquitetura escolar uma expressão do poderio econômico do café, que dominava os municípios interioranos de São Paulo.

### **2.3 ESTADO NOVO E REPÚBLICA POPULISTA (1936 – 1963):**

#### **Comissão Permanente para Prédios Escolares**

#### **Convênio Escolar**

**IPESP** (Instituto de Previdência do Estado de São Paulo)

Com a desaceleração da construção de estabelecimentos de ensino, muitos foram os desdobramentos políticos e sociais desde meados da década de 1920, até a chamada Revolução de 1930, cujo golpe culminou na ascensão de Getúlio Vargas ao comando do país, instaurando um governo provisório até 1934, que encerrou com o período da República Velha rumo ao Estado Novo. Segundo Palma Filho, "foram muitas as iniciativas tomadas durante o governo provisório de Getúlio Vargas no terreno da educação". Entre os principais acontecimentos apontados pelo autor no campo educacional, e que repercutiram diretamente nas políticas educacionais no estado de São Paulo, destacam-se: a Criação do Ministério da Educação e Saúde (MES-RJ); a Reforma do Ensino Secundário e do Ensino Superior (1931); o Manifesto dos Pioneiros pela Educação Nova (1932); a Constituição Federal de 1934; o projeto de reforma educacional oriundo da sociedade civil (PALMA FILHO, J.C., 2005, p. 02).

O Manifesto dos Pioneiros pela Educação Nova foi o principal acontecimento que marcou a evolução do segundo período de atuação da DOP, mudando definitivamente os rumos da arquitetura escolar pública paulista. Os reformadores signatários do manifesto, entre eles Fernando de Azevedo, Anísio Teixeira e Almeida Jr., contribuíram para a Reforma de 1933 que transformou a instrução pública em educação, com a implementação do Código da Educação do Estado de São Paulo, que propunha, entre outros assuntos pedagógicos, a criação da *Comissão Permanente para Prédios Escolares* em parceria com a DOP. A arquitetura moderna propagada por Le Corbusier, foi o partido arquitetônico pretendido como solução para os novos edifícios

escolares do Estado Novo. Deste modo, a modernidade dos edifícios públicos escolares no estado de São Paulo começa a se alavancar a partir da retomada da capital paulista.

O período da parceria entre DOP e Comissão Permanente (1936 – 1949), comandado pelo arquiteto José Maria das Neves, foi caracterizado pela produção da arquitetura escolar pública paulista considerada pré-moderna, pois o uso do concreto armado era uma solução cara e exigia mão de obra especializada. A adoção desse material se limitava ao sistema estrutural das lajes de piso, pequenos terraços, vigas e pilares. Com relação às coberturas, permanecia o uso dos telhados tradicionais e as platibandas serviam para escondê-los, além de delinear o contorno dos prédios.

**Figura 11: COMISSÃO:** Escola Visconde de Congonhas do Campo (Tatuapé - SP) - autor: José Maria da Silva Neves (1936). Este modelo se destaca pela implantação livre no terreno, com base nas condições solares.

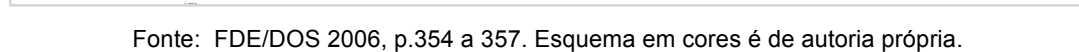
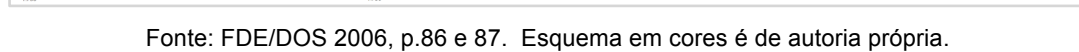


Fontes - Plantas e perspectiva: FDE, 1991, p.23 / Mapa: Geosampa / Foto aérea: Google Satélite. Esquema em cores, legendas e escala gráfica são de autoria própria.

A cooperação entre a Comissão Permanente e a DOP, decerto, foi um impulsionador para a modernização das escolas públicas paulistas rumo a nova fase que alavancou, de fato, a arquitetura moderna dos grupos escolares. Tal momento inovador na história da arquitetura escolar paulista se fez com o acordo firmado entre a Prefeitura Municipal de São Paulo e o Estado: o *Convênio Escolar* e a Diretoria de Obras Públicas, entre 1949 e 1959. Com a coordenação do arquiteto carioca Hélio Duarte, o Convênio Escolar inaugura o período da arquitetura moderna paulista através dos edifícios escolares. Este período coincidiu com a transição do Estado Novo para a chamada República Populista (1950 – 1954), período em que Getúlio Vargas retornou ao poder do país, desta vez, através de eleição popular.

Embalado pela nova fase política do país, o governo paulista tinha como objetivo produzir através da DOP e do Convênio Escolar, 100 edifícios escolares modernos para comemorar o IV Centenário da cidade de São Paulo em 1954. A meta não foi atingida. Foram construídos cerca de 70 prédios na capital até o ano do centenário. Após o evento, interrompeu a produção de escolas na cidade de São Paulo até o fim da parceria, em 1959.







A partir do Convênio Escolar e o IPESP, as décadas de 1950 e 1960 marcaram o período áureo em que se discutia a educação apoiada na arquitetura escolar como instrumento pedagógico, produzindo um conjunto de edifícios que extrapola a arquitetura escolar para tornarem-se expoentes da arquitetura moderna paulista. A discussão no âmbito da educação contava com Darcy Ribeiro, que retoma a pauta da escolanovista através do *Manifesto dos Educadores: mais uma vez convocados* (1959) e Paulo Freire, com o Plano Nacional de Alfabetização de 1964, aprovado por Jango no final do seu mandato, até serem derrubados pelo Golpe Militar.

#### **2.4 DITADURA MILITAR (1966 - 1987)**

**FECE** (Fundo Estadual de Construções Escolares)

**CONESP** (Companhia de Construções Escolares do Estado de São Paulo)

O Golpe de 1964, que encerrou com o governo de João Goulart, deu início ao maior período de repressão política da República por meio da Ditadura Militar. Durou 21 anos e teve 16 Atos Institucionais. É sabido que o golpe militar foi um ato financiado pelo governo norte-americano, em nome do capital estrangeiro e do latifundiário. As ideias revolucionárias das décadas de 1950 e 1960 que debatiam as reformas de base socioeconômicas e educacionais do país, sobretudo no estado de São Paulo, ameaçavam o plano entreguista que os EUA pretendiam para o Brasil.

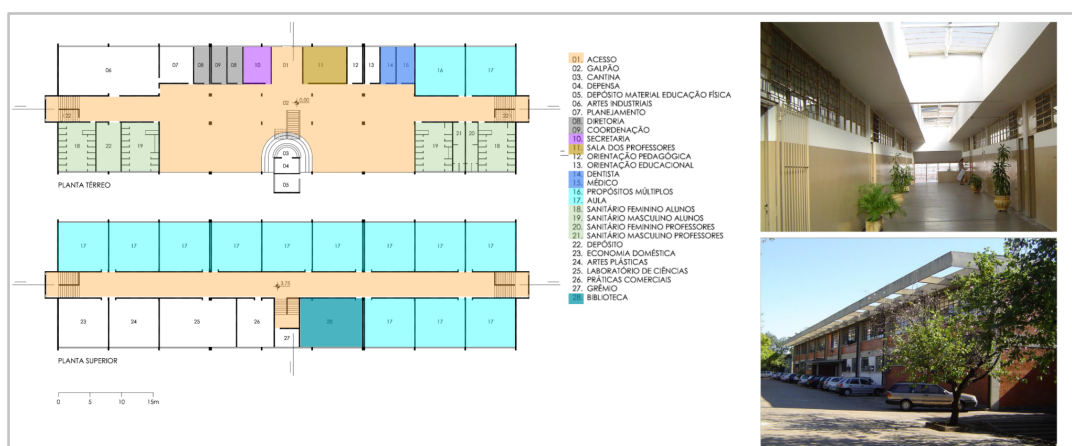
Com a promulgação da Constituição Federal e Estadual de 1967, a autonomia dos estados ficou bastante limitada. Em São Paulo, reformadores da educação, professores e cientistas foram cassados. Com isso, a educação pública e o aparato escolar público foram alvo da arregimentação do governo militar da época, subsidiado pelos Estados Unidos através do programa MEC-USAID. Segundo o relatório – *O Legado da Ditadura para a Educação Brasileira* – redigido pela Comissão da Verdade do Estado de São Paulo “Rubens Paiva” (TOMO I), entra em ação o Acordo MEC-USAID que tinha como proposta central reformar a educação brasileira aos moldes americanos e privatizar as escolas públicas, incluindo universidades. Investiu-se boa parte dos recursos públicos nas escolas privadas em detrimento da qualidade das escolas públicas.

Com relação à pedagogia, as escolas privadas tinham autonomia para aplicar seus métodos próprios, enquanto as escolas públicas mantinham o modelo pedagógico conforme as diretrizes da União e dos Estados. Esta prática dividiu a opinião pública, sobretudo as classes média e alta, que passaram a buscar na escola particular uma melhor qualidade de ensino, visto que, com a Reforma de 1971 – LDB n.º 5692, numa alteração radical, o 2º grau passou a ter como principal objetivo o ensino profissionalizante. Além disso, a lei propôs mudanças na estrutura pedagógica, o que extinguiu matérias como Filosofia, Educação Política, História e Geografia, substituindo-as por Educação Moral e Cívica, e Estudos Sociais. Com o programa educacional controlado pelo Estado, a rede física escolar pública foi expandida. O regime militar procurou difundir seus ideais através da escola.

Com o encerramento da Diretoria de Obras Públicas, desde 1963, a atribuição de construir e manter escolas públicas paulistas, passa gradativamente ao *Fundo Estadual de Construções Escolares* (FECE) quando, em 1966, o Fundo Estadual, vinculado à Secretaria Estadual da

Educação (SEE), assume integralmente as construções escolares. Segundo a pesquisadora Mirela Geiger, num primeiro momento, entre 1967 e 1971, não foi percebido uma mudança significativa na produção escolar do FECE com relação ao que vinha sendo proposto no início da década de 1960 pelo IPESP. Porém, a partir de 1970/71, foi identificada uma mudança radical de rumos no Fundo Estadual, quando são elaborados os projetos “Padrão FECE”, na gestão do governador de São Paulo, Laudo Natel. Cerca de 900 edifícios escolares foram construídos no estado de São Paulo, sendo que um terço deles são de edifícios padronizados, projetados pelos arquitetos do próprio FECE até 1976. Escritórios de arquitetura terceirizados também foram contratados para a produção de escolas neste período (GEIGER, 2012, p.17, 23, 24).

**Figura 14:** FECE - Padrão 589 - Autor: Djalma Cintra de Andrade (1970) - foi o modelo mais replicado: 112 vezes no Estado, das quais 14 delas foram construídas na capital paulista.



Fonte: GEIGER, Mirela. *Arquitetura Escolar Pública Paulista - FECE 1966 a 1976 - USP*, 2012. Esquema em cores é de autoria própria.

Ainda em meio ao período do regime militar, com a extinção do FECE, em 1976 foi criada a *Companhia de Construções Escolares do Estado de São Paulo* (CONESP), atingindo a meta de gerar um número expressivo de prédios escolares: 1900 edifícios construídos em 11 anos. Geiger afirma que “pela primeira vez no país um órgão governamental implanta um novo conceito de projetar, uma nova metodologia de projeto, de edifícios a serem produzidos em larga escala. Para tanto, estabelece padronizações e sistematizações que permitem construir edifícios de forma massiva, a curto prazo e a baixo custo, por um processo de projetar importado da Europa, notadamente da Inglaterra e dos Estados Unidos” (GEIGER, 2020, p.05).

Os projetos “padrão CONESP” tinham um diferencial em relação aos demais projetos padronizados aplicados por blocos rígidos vistos nos períodos anteriores da linha do tempo. A Companhia adotava edifícios pavilhonares, conforme os programas, com modulações que permitiam a adequação dos edifícios aos desníveis do terreno. Os blocos modulares eram compostos por espaços extremamente racionais e enxutos, e se ligavam por passagens cobertas. Geiger afirma que “toda a metodologia de trabalho foi disseminada pelo Centro Regional de Construções Escolares para a América Latina (CONESCAL), que por sua vez divulga métodos concebidos pela UIA, juntamente com a UNESCO”.

**Figura 15:** Escolas CONESP

- (à esquerda) EE Dr. Luís Arrôbas Martins - Autores: Pedro Paulo de Mello Saraiva, Sérgio Ficher, Henrique Cambiaghi Fº - São Paulo - SP (1976);
- (no centro) EE Profª Helena Urbano Nagib - Autores: Escritório Rino Levi, Roberto Cerqueira Cesar, Luis R. Carvalho Franco, Paulo J. Valentino Bruna - Mogi Das Cruzes - SP (1984);
- (à direita) EE Salvador Moya - Autor: CONESP - Projeto padrão "Pórtico Metálico" - Cidade Vargas - SP (1976)



Fonte: GEIGER, Mirela. *Arquitetura Escolar Pública Paulista - CONESP 1976 a 1987* - USP, 2020

Centenas de escritórios de arquitetura continuaram a atuar na fase CONESP, como o de Rino Levi, Vilanova Artigas, Pedro Paulo Saraiva, entre outros. Ainda assim são produções pontuais, como nos outros períodos do Convênio Escolas, IPESP e FECE. A qualidade da arquitetura escolar produzida pela CONESP é perdida e a quantidade passa a ser a meta do governo do Estado. Entretanto, segundo as ideias da autora, a perda da unidade arquitetônica e do seu valor simbólico era uma ação deliberada, não somente pela construção em massa, mas pela considerável redução nos investimentos públicos direcionados às políticas educacionais neste período (GEIGER, 2020, p.58, 59).

## 2.5 REPÚBLICA NOVA (1987 – 2004)

**FDE** (Fundação para o Desenvolvimento da Educação)

**EDIF** (Departamento de Edificações da Prefeitura de São Paulo)

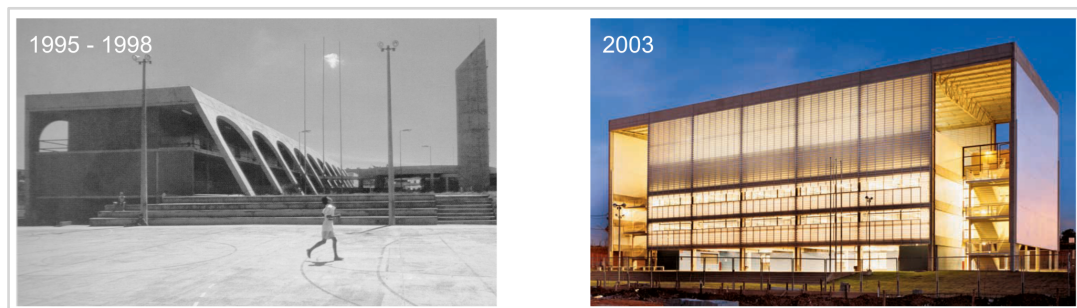
Com o fim do período militar, a chamada República Nova restaura a democracia no país através de reestruturações político-administrativas e a promulgação da Constituição Federal de 1988. O país vive um contexto de reforma educacional, tendo como base as diretrizes firmadas na Conferência Mundial de Educação para Todos (ONU, UNESCO, UNICEF, PNUD, Banco Mundial) na Tailândia, em 1990. Com isso, o Brasil se comprometeu a cumprir as metas impostas pelo Plano Decenal de Educação para Todos (1993 – 2003), o que incluiria o financiamento do Banco Mundial para a expansão da rede escolar, de modo a dar autonomia às instituições educacionais dos estados e municípios na gestão dos repasses, a fim de traçar um uso mais racional dos recursos, buscando dar qualidade aos resultados (SILVA; ABREU. 2008, p.02, 03).

Nesse contexto histórico, atua junto às políticas educacionais da Secretaria da Educação do Estado de São Paulo, a Fundação para o Desenvolvimento da Educação (FDE), que herdou as funções da CONESP desde 1987. Trata-se de uma mudança de rumo significativa para a educação pública básica, em especial no que se refere à renovação da arquitetura escolar pública paulista.

A parceria com centenas de escritórios de arquitetura continua, e os projetos arquitetônicos buscam alinhar-se aos programas pedagógicos e à qualidade de conforto ambiental dos edifícios. As escolas produzidas pela FDE até 1998, ano em que encerraria o contrato com o Banco Mundial, foram marcadas por projetos de edifícios escolares notáveis, que se aproximavam da concepção dos projetos do período IPESP, no que se refere às produções não padronizadas, salas-ambiente, amplos espaços articulados e uso de concreto armado. O sistema estrutural misto também foi bastante utilizado nesta fase. Em 2003, a FDE investe na tecnologia dos pré-fabricados, com a intenção de melhorar a eficiência das intervenções em relação aos prazos e qualidade construtiva. Os programas são distribuídos a partir de quatro tipologias principais: a) escolas compactas e verticalizadas, b) escolas horizontais com a quadra em seu centro, c) escolas dispostas em mais de um volume e d) escolas longitudinais (FDE, 2006, p. 25 / 40 a 45).

**Figura 16: FDE**

EEPG Prof. Renato Fiuza Teles - Osasco SP - Autor: W. M. Arquitetura S/C Ltda. - 1995 / 1998.  
EE Dr. Telêmaco Paioli Melges - Campinas SP - Autor: UNA Arquitetos - 2003



Fontes: FDE - Arquitetura Escolar e Política Educacional, 1998, p. 83 e 84 / FDE - Estruturas pré-fabricadas - Arquitetura Escolar Pública Paulista, 2005, p. 50 e 54).

Com o direcionamento do plano para o cumprimento das metas educacionais também para os municípios do Estado, acontecia na capital paulista um dos momentos áureos para a educação pública municipal. Entre 1989 e 1992, na gestão da prefeita Luiza Erundina, tendo como Secretário Municipal da Educação (SME), o educador Paulo Freire, foi reorganizado o Departamento de Edificações da Prefeitura de São Paulo (EDIF), com a direção da arquiteta Mayumi Watanabe de Souza Lima, a fim de expandir, entre outros equipamentos, a rede física escolar para as periferias da capital. Segundo o arquiteto Alexandre Delijaikov, esta parceria entre a PMSP, SME e EDIF, foi o tripé embrionário que impulsionaria o projeto dos Centros Educacionais Unificados – CEUs – nos anos seguintes.

A partir da construção da COHAB Inácio Monteiro, nasceu o projeto da escola-parque, pautada na proposta pedagógica multidisciplinar e de contraturno almejada por Anísio Teixeira desde as décadas de 1930/40, dando origem ao CEU Inácio Monteiro, em 2003. Com isso, iniciou a chamada “primeira onda” dos CEUs na capital paulista, na gestão da prefeita Marta Suplicy, com a construção de 21 centros educacionais unificados.

**Figura 17: EDIF**

- (acima à esquerda) CEU Inácio Monteiro (origem a partir do COHAB Inácio Monteiro - SP) - Autores: Equipe EDIF comandado por Alexandre Delijaicov (2003);
- (abaixo à esquerda) CEU Paz - Jd. Paraná - SP - Autores: Equipe EDIF comandado por Alexandre Delijaicov (2004);
- (à direita) CEU Rosa da China - Vila Atlântica - SP - Autores: Equipe EDIF comandado por Alexandre Delijaicov (2003);



Fonte - Imagens: SME - Secretaria Municipal da Educação / Desenhos CEU Rosa da China: Vitruvius: autoria Alexandre Delijaicov, André Takiya, Wanderley Ariza.

**3. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Ao retomar a ideia inicial de que a arquitetura escolar é a expressão de seu tempo, tal conceito não tem caráter conclusivo sobre a análise desta pesquisa, mas refere-se ao ponto de partida que gerou a problematização necessária para a investigação a que este trabalho se propôs. O texto busca evidenciar sobre qual é o contexto histórico desse “espaço-tempo” se apoiou durante o processo de evolução – no sentido gradativo – das políticas públicas referentes à educação, e que foram rebatidas na produção das escolas públicas no estado de São Paulo, durante a formação da República até o final do século XX, quem as produziu, a quem essa arquitetura serviu e por quê.

Sabe-se que as tendências culturais dominantes, sobretudo de referência eurocêntrica, influenciaram de modo contundente, não só na produção da arquitetura escolar paulista, mas também, de modo geral, na formação da identidade da arquitetura brasileira ao longo da história. Contudo, ao investigar os principais eventos republicanos constituídos na linha do tempo, foi possível perceber que a arquitetura escolar paulista foi além das tendências culturais do seu tempo. As escolas da República tornaram-se a representação de um ideal de sociedade e, durante os cinco momentos principais da linha do tempo, a escola pública paulista mostrou-se um instrumento de dominação social por parte dos governos e das elites dominantes, através da narrativa arquitetônica atribuída pontualmente a esses



edifícios escolares, em cada um dos períodos republicanos. Logo, não se pode afirmar que a representação da arquitetura escolar pública paulista foi uma produção abrangente.

Ao longo dos mais de cem anos de história republicana e da história da educação paulista, a arquitetura escolar oficial do Estado, catalogada em diversas bibliografias especializadas nesse assunto, foi uma **produção pontual** e, mesmo diante de sua inegável relevância, segundo as ideias de Mirela Geiger (2020, p. 05), essa produção arquitetônica não representa as mais de 7 mil escolas construídas durante todo esse período. Desse modo, se a arquitetura escolar paulista representou, sobretudo, a expressão dos ideais de sua sociedade, compreende-se que, no sentido de haver deliberadamente uma produção arquitetônica que restringiu a qualidade a cerca de 10% da totalidade das escolas públicas do estado de São Paulo, fica evidente que os programas educacionais adotados pelos governos restringiam seus ideais a uma parcela da sociedade, pois essa arquitetura escolar oficial serviu aos programas educacionais voltados ao público dos centros urbanizados, em detrimento de regiões periféricas e núcleos rurais, produzindo ao longo da história um abismo crescente de desigualdade social, com base no aparato escolar.

Sobre a evolução arquitetônica dos edifícios escolares, a pesquisa exemplifica as principais tipologias produzidas pelos órgãos oficiais do estado paulista, em cada um dos cinco períodos republicanos, com base na categorização dos programas básicos, de modo a estabelecer uma comparação dos tipos escolares ao longo da linha do tempo. Os espaços que estruturam o programa desses edifícios foram marcados por salas de aula, corredores e apoios, dispostos por um eixo de simetria rígido, com gênese nas primeiras escolas da República entre 1890 e 1920. Percebe-se algumas variações mais expressivas dessa organização espacial na produção das escolas construídas pelo Convênio Escolar e o IPESP, entre 1950 e 1960, cujos espaços arquitetônicos procuravam traduzir conceitos pedagógicos com base na convivência, na permanência, no conforto e na integração entre escola e sociedade, a fim de conceber uma arquitetura que também pudesse educar. Porém, durante o período do regime militar, os edifícios escolares perderam qualidade para ganhar na quantidade da produção, retomando a espacialização rígida do programa arquitetônico com base em módulos escolares padronizados.

Não fosse a descontinuidade de programas bem-sucedidos para o desenvolvimento educacional, cujas raízes surgiram ainda na década de 1930, com as ideias de Anísio Teixeira, e refletidos na produção das escolas entre 1936 e 1960, talvez a evolução da arquitetura escolar e da história da educação tivessem tomado rumos diferentes. Contudo, vê-se, a partir dos CEUs, o resgate dos conceitos anisianos para uma arquitetura escolar dialógica com a sociedade e seu entorno, construindo também um novo legado para a evolução da arquitetura escolar pública paulista. A partir das escolas da FDE e do EDIF, uma nova linha do tempo da arquitetura escolar pública paulista é inaugurada com a virada para o século XXI.

Portanto, este presente trabalho de pesquisa, cuja investigação se limitou até 2004, deixa em aberto uma possível ampliação da linha do tempo, de modo a comparar, a partir da análise crítica sobre

o histórico referenciado e os projetos político-pedagógicos da atualidade, que tipo de arquitetura escolar pública o estado de São Paulo produziu nas duas últimas décadas da nova República, como expressão contemporânea cultural, social e política do seu tempo.

## REFERÊNCIAS

ARTIGAS, Vilanova. *SOBRE escolas...*, Revista Acrópole. SEP. ANO 32. n.377. 1970.

CAVALIERE, Ana Maria. *Entre o pioneirismo e o impasse: a reforma paulista de 1920*. Educ. Pesqui., São Paulo, v. 29, n. 1, p. 27-44, 2003.

DELIJAICOV, Alexandre. *Arquitetura do lugar*. PISEAGRAMA, Belo Horizonte, número 03, página 30 - 31, 2011. Disponível em: <https://piseagrama.org/arquitetura-do-lugar/>

FDE. *Arquitetura escolar paulista: 1890 – 1920*. Organizadoras: Maria Elizabeth Peirão Corrêa, Helia Maria Vendramini Neves, Mirela Geiger de Mello. São Paulo: FDE. Diretoria de Obras e Serviços, 1991.

\_\_\_\_\_. *Arquitetura escolar e política educacional: os programas na atual administração do Estado*. Apresentação: Mario Covas; prefácio Rose Neubauer. São Paulo: FDE, 1998.

\_\_\_\_\_. *Arquitetura escolar paulista: restauro*. Organizadoras: Avany de Francisco Ferreira, Maria Elizabeth Peirão Corrêa, Mirela Geiger de Mello. São Paulo: FDE, 1998.

\_\_\_\_\_. *Arquitetura escolar paulista: anos 1950 e 1960*. Organizadoras: Avany de Francisco Ferreira, Mirela Geiger de Mello. São Paulo: FDE/DOS, 2006.

\_\_\_\_\_. *Arquitetura escolar paulista: estruturas pré-fabricadas*. Organizadoras: Avany de Francisco Ferreira, Mirela Geiger de Mello. São Paulo: FDE, 2006.

GEIGER, Mirela. *Arquitetura escolar pública paulista. Fundo Estadual de Construções Escolares – FECE: 1966 -1976*. / Mirela Geiger de Mello. São Paulo, 2012.

GEIGER, Mirela. *Arquitetura Escolar Pública Paulista: Companhia de Construções Escolares: Conesp |1976-1987*. Mirela Geiger; orientador Paulo Júlio Valentino Bruna. São Paulo, 2020.

INFANTOSI, Ana Maria C. *A Escola na República Velha: expansão do ensino primário em São Paulo*. São Paulo, EDEC, 162 p., 1983.

KOWALTOWSKI, Doris C. C. K. *Arquitetura escolar: o projeto do ambiente de ensino*. São Paulo: Oficina de Textos, 2011.

SANTOS, Elton Castro Rodrigues dos; VALDEMARIN, Vera Teresa. *Escolas reunidas: um modelo escolar em expansão no estado de Mato Grosso (1930-1945)*. Revista Linhas. Florianópolis, v. 16, n. 31, p. 230 – 245, maio/ago. 2015.

SÃO PAULO, Arquivo Público do Estado de (APESP). Repositório digital. Acesso em 2020 / 2021. Disponível em [http://www.arquivoestado.sp.gov.br/site/acervo/repositorio\\_digital](http://www.arquivoestado.sp.gov.br/site/acervo/repositorio_digital)

SCHAFFRATH, Marlete dos Anjos Silva. *Escola Normal: o projeto das elites brasileiras para a formação de professores*. FAP – PR, 2008, p.146.

SILVA, Mônica Ribeiro da; ABREU, Cláudia Barcelos de Moura. *Reformas para quê? As políticas educacionais nos anos de 1990: o “novo projeto de formação” e os resultados das avaliações nacionais*. PERSPECTIVA, Florianópolis, v. 26, n. 2, 523-550, jul./dez. 2008.

SOUZA, Rosa Fátima de. *A configuração das Escolas Isoladas no estado de São Paulo (1846 – 1904)*. Rev. bras. hist. educ., Maringá-PR, v. 16, n. 2 (41), p. 341-377, 2016.

WOLFF, Silvia Ferreira Santos. *Escolas para a República: os primeiros passos da arquitetura das escolas públicas paulistas*. São Paulo: EdUSP, 2010.

**Contatos:** pararenatamartins@gmail.com e pauloroberto.correa@mackenzie.br